

Ponte ou barreira: como a legenda para surdos e ensurdecidos pode dificultar a acessibilidade para pessoas com surdez

Puente o barrera: cómo los subtítulos para sordos e hipoacúsicos pueden dificultar la accesibilidad de las personas sordera

Bridge or barrier: how subtitles for deaf and hard of hearing people can hinder accessibility for people with deaf

SÂMIA CRISTINA MARTINS SILVA¹, FLÁVIA DE ALMEIDA MOURA², PROTASIO CÉZAR DOS SANTOS³

Resumo: É obrigatória, no Brasil, a veiculação de legenda para surdos e ensurdecidos (LSE) na programação das empresas prestadoras de serviço de radiodifusão de sons e imagens (Brasil, 2006) como recurso de acessibilidade para pessoas surdas. Entretanto, este recurso apresenta barreiras na comunicação (Wersig, 1977) causadas pela escolha da língua e estrutura do texto. Neste artigo, além da discussão sobre essa problemática, é proposta alternativa (Silva, 2023) para essa questão.

Palavra-chave: Acessibilidade; Televisão; LSE; Barreiras na comunicação.

Resumen: En Brasil, es obligatoria la emisión de subtítulos para sordos (SS) en los programas de las empresas prestadoras de servicios de radiodifusión sonora y de imagen (Brasil, 2006) como

¹ Doutoranda em Ensino (UEMA). Professora na Rede Municipal de Ensino de São Luís. E-mail: samiacmartinss@gmail.com.

² Pós-doutora em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-graduação em Comunicação/Mestrado Profissional da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: flavia.moura@ufma.br.

³ Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (UFPA). Professor do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-graduação em Comunicação/Mestrado Profissional da Universidade Federal do Maranhão e também do Mestrado em Cartografia Social e Desenvolvimento da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: pcsftslz@gmail.com.

recurso de accesibilidad para las personas sordas. Sin embargo, este recurso presenta barreras de comunicación (Wersig, 1977) causadas por la elección del lenguaje y la estructura del texto. En este artículo, además de discutir este problema, se propone una alternativa (Silva, 2023) para esta cuestión.

Palabras clave: Accesibilidad; Televisión; SS; Barreras de comunicación.

Abstract: In Brazil, it is compulsory to broadcast subtitles for the deaf and deafened (SDD) in the programming of companies providing sound and image broadcasting services (Brasil, 2006) as an accessibility resource for deaf people. However, this resource presents communication barriers (Wersig, 1977) caused by the choice of language and text structure. In this article, in addition to discussing this problem, an alternative (Silva, 2023) is proposed for this issue.

Keywords: Accessibility; Television; SDD; Communication barriers.

Introdução

No ano de 2006, foi assinada, pelo então ministro das Comunicações Hélio Costa, a Norma Complementar 01/2006, aprovada pela Portaria nº 310, com o objetivo de regulamentar a disponibilização de recursos de acessibilidade na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão (Brasil, 2006a).

Os recursos listados na Norma foram: dublagem (para tornar acessível o conteúdo em língua estrangeira); audiodescrição (narração de ações, trajetos ou expressões faciais imperceptíveis pelo som); janela de Libras (obrigatória apenas em propaganda político-partidária e eleitoral ou campanhas informativas); e *closed caption* (CC) (Brasil, 2006a) ou legenda para surdos e ensurdecidos – LSE. Levando em consideração que o foco deste estudo é a comunicação com pessoas surdas⁴ e sabendo que a LSE é adotada com mais frequência pelas emissoras de TV, inclusive no Maranhão (Silva, 2021),

⁴ Há uma discussão a respeito do uso dos termos “surdo” ou “deficiente auditivo”. Há quem use os dois termos para diferenciar o grau de comprometimento da audição nas pessoas. Existe também quem adote o termo “surdo” apenas para aqueles que fazem parte da comunidade surda, atuando em causas sociais e lutando por direitos das pessoas com deficiência. Entretanto, neste texto, vai ser adotado o termo “surdo”, tendo em vista a reflexão feita por Felipe (2007, p.45) “as pessoas Surdas, que estão politicamente atuando para terem seus direitos de cidadania e linguísticos respeitados, fazem uma distinção entre ‘ser Surdo’ e ser ‘deficiente auditivo’. A palavra ‘deficiente’, que não foi escolhida por elas para se denominarem, estigmatiza a pessoa porque a mostra sempre pelo que ela não tem, em relação às outras”. Também é importante explicitar que o público surdo ao qual este artigo se refere é aquele que usa a Libras como principal língua para se comunicar.

em comparação com o espaço para tradução e interpretação audiovisual em Libras — TIALS, apenas a efetividade da LSE vai ser discutida neste artigo.

As legendas veiculadas pelas emissoras — CC — entretanto, não exercem adequadamente a função que deveria ter, por razões diversas como erros nos softwares e até pelo uso da Língua Portuguesa, que não é a língua natural⁵ de todas as pessoas surdas (Felipe, 2007), embora seja a língua preponderante no contexto familiar, já que, segundo Fernandes e Moreira (2014, p. 58) “as crianças surdas, em mais de 95% dos casos, são nascidas e criadas em meios ouvintes”. Esse paralelo reforça a questão do bilinguismo na formação de pessoas surdas e, embora não seja o foco deste texto, ratifica a necessidade de aprendizagem das duas línguas.

Sabendo disso, este estudo destaca as barreiras na comunicação (Wersig, 1977; Freire, 1991; Kunsch, 2003; Silva, 2007) causadas pelo CC que impedem a comunicação efetiva entre público surdo e as emissoras e retransmissoras de programas de radiodifusão de som e imagem, para, a partir disso, propor alternativas que sejam capazes de tornar acessível as informações veiculadas, até mesmo em produções audiovisuais criadas para outras mídias, como computador e celular.

Esse estudo foi realizado com base no método observacional⁶, uma vez que ele é imprescindível em investigações de ciências sociais (Gil, 2008). A observação foi utilizada em diversas etapas: na identificação do problema da falta de acessibilidade da LSE para um público específico; na construção da hipótese de que o modelo atual de LSE traz barreiras diversas para o processo comunicacional; na seleção de material a ser analisado; na análise e interpretação dos dados; e na seleção de alternativas que pudessem promover a acessibilidade para o público deixado à margem deste processo comunicacional.

Quanto ao tipo de pesquisa, esta classifica-se como exploratória, pois traz reflexões e discussões iniciais sobre o tema (Gil, 2008), sendo basilar para a pesquisa aplicada desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão.

⁵ Por língua natural entende-se aquela que foi aprendida em casa com a família. No caso de crianças surdas filhas de pais ouvintes, existem casos em que os pais também aprendem a Libras para ensinarem aos filhos e se comunicarem com eles, mas há aqueles que tentam a comunicação por gestos básicos, fazendo com que a aprendizagem de Libras e/ou da língua portuguesa aconteça só quando a criança ingressa na escola.

⁶ Foi realizada observação simples ou observação-reportagem, definida como aquela em que “o pesquisador é muito mais um espectador que um ator” (GIL, 2008, p. 101).

As técnicas utilizadas para tanto foram a pesquisa bibliográfica em livros e artigos especializados no tema e pesquisa documental em legislação específica (ABNT, 2021; Brasil, 2002; 2006a; 2006b; 2010; SEPTR, 2021).

Closed caption e legenda para surdos e ensurdecidos: conceito, uso e problemáticas

O *closed caption*, ou legenda oculta, é um recurso de legendagem opcional, uma vez que ele deve ser ativado por controle remoto para que apareça no aparelho televisor. Na Portaria 310/2006, é importante que seja apresentado o conceito de CC previsto neste ato administrativo:

3.2. Legenda Oculta: corresponde a transcrição, em língua portuguesa, dos diálogos, efeitos sonoros, sons do ambiente e demais informações que não poderiam ser percebidos ou compreendidos por pessoas com deficiência auditiva. (Brasil, 2006a, não paginado, grifo nosso).

Criado na década de 70, nos Estados Unidos, esse recurso foi pensado já com o objetivo de tornar o conteúdo da TV acessível para pessoas com alguma deficiência auditiva. Inicialmente, por volta de 1976, o CC era disponível apenas em programas gravados, seguindo o que foi regulamentado pela Comissão Federal de Comunicações estadunidense, chegando ao primeiro programa ao vivo – transmissão da Cerimônia do Oscar – somente em 1982 e surgindo no Brasil apenas em 1997, quando o CC passou a estar disponível no Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão (Ikeda, 2012).

Vale ressaltar, entretanto, que nesse período ainda não existia regulamentação voltada para o uso do CC como recurso de acessibilidade no Brasil e era necessário que os telespectadores tivessem aparelhos de TV compatíveis com essa tecnologia. Esse sistema é obrigatório nos Estados Unidos desde o ano de 1993 (Ikeda, 2012), mas a regulamentação brasileira semelhante a essa passou a existir apenas anos depois com a Portaria 310/2006 do Ministério das Comunicações (Brasil, 2006a).

Neste mesmo ano, foi assinado o Decreto 5.820 para que fosse realizada a mudança do sistema de transmissão analógico para o digital nos serviços de radiodifusão de som e imagem, além de outras providências (Brasil, 2006b), o que resultou na aquisição de aparelhos de TV com tecnologia mais avançada, portanto, apta a disponibilizar CC.

Do fragmento em destaque, foi grifada a informação de que a legenda deve ser escrita em Língua Portuguesa, porque essa opção não leva em

consideração que é a Libras a língua oficial da comunidade surda brasileira; esta que possui, inclusive, gramática própria e é considerada oficial no país desde 2002 (Brasil, 2002), embora ainda seja uma língua que a parte expressiva da população não comprehende. Desta forma, o surdo sem proficiência em Língua Portuguesa não compreenderá de forma eficaz as informações presentes no CC.

Outro fator importante a ser destacado sobre isso são algumas características obrigatórias do CC definidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (2005): o tempo de exposição na tela dessas legendas que deve ser de 2 a 5 segundos, variando da quantidade de linhas de texto apresentada e se a programação é infantil; além do atraso de até 4 segundos na sincronia entre o que é falado e o momento da legenda aparecer na tela, quando a programação estiver ao vivo. Essas duas especificações também deixam evidente que seria necessário amplo conhecimento do surdo em língua portuguesa para compreensão mínima do texto apresentado na TV.

Barreiras na comunicação: dificuldades para acessibilidade de surdos

Quando são realizados estudos sobre os elementos básicos que compõem a comunicação, seis são mais comumente apontados: contexto, mensagem, remetente, destinatário, canal e código (Jakobson, 2010). Discussões vêm sendo realizadas de forma a apresentar outros elementos fundamentais na comunicação ou, ainda, questionando/ampliando o papel do remetente e do destinatário neste processo, entretanto, neste artigo, são abordados alguns desses elementos de acordo com o que foi estabelecido por Jakobson (2010) a fim de dar maior destaque para os problemas causados pelo *closed caption* no processo comunicacional realizado entre as emissoras de TV e os telespectadores surdos.

Um elemento importante neste processo é o de conhecer o público ao qual se pretende comunicar. Freire (1987) deixa clara a impossibilidade de planejamento do processo comunicacional sem que se conheça minimamente os receptores, além dos meios de transmissão e da melhor forma de usá-los para que a informação chegue de forma eficaz ao destinatário. Ainda sobre isso, Freire (1991) ressalta o risco que se corre com o uso de mediadores nesse processo de comunicação indireta. No caso da LSE, os softwares realizam essa mediação e podem levar informações incompletas ou

diferentes das que se havia planejado, seja pela estenotipia (digitação em teclado específico para isso) ou por refalamento.

Há que se destacar também a importância da comunicação como ferramenta que possibilita “estreitar” o relacionamento entre as organizações e o meio externo (Kunsch, 2003), neste caso, entre as emissoras (e retransmissoras) de TV e a parte específica de seu público, formada por pessoas com algum nível de comprometimento auditivo. Tendo esse público acesso facilitado e eficaz às informações veiculadas pelas empresas na TV, pode haver como consequência a fidelização desta audiência, principalmente em contextos em que as emissoras concorrentes não tenham a mesma eficiência no que diz respeito a tornar o conteúdo de sua programação acessível.

O que se percebe, entretanto, é que a LSE, ferramenta que objetiva acessibilidade, pode ser, entretanto, causador de barreiras na comunicação, conceituadas como “problemas que interferem na comunicação e a dificultam. São ‘ruídos’ que prejudicam a eficácia comunicativa” (Kunsch, 2003, p.74). Estudiosos vêm elaborando classificações diversas para essas barreiras, as quais serão abordadas a seguir em meio às reflexões sobre a efetividade da LSE.

Primeiramente, destaca-se a *barreira fisiológica* (Kunsch, 2003) apresentada pelo destinatário nesse processo comunicacional; que é a surdez. O comprometimento total ou parcial da audição de parte da população é a causa para a existência da LSE na programação. Embora essa ferramenta seja utilizada também pelo público ouvinte em ambientes com muito ruído como aeroportos ou onde não se pode fazer barulho como hospitais, esta legenda foi criada com o objetivo de atender ao público surdo.

Já em relação a aspectos físicos, a legenda para surdos e ensurdecidos pode não estar disponível em aparelhos de TV inabilitados para essa tecnologia. Além disso, a LSE pode ser oferecida pelas emissoras utilizando softwares⁷ que criam a legenda em *roll-up* via transcrição de refalamento ou contratando estenotipistas que são profissionais responsáveis pela elaboração simultânea dos textos. Em ambos os casos, podem ser encontradas diversas palavras escritas erradamente e a aquisição de software e/ou contratação dos profissionais traz grande custo financeiro para

⁷ Silva (2021) listou os softwares utilizados por 3 emissoras maranhenses: ShowCase Pro pelas TVs Difusora e Cidade; e Audimus Media pela TV Mirante. Nos dois casos, as legendas são criadas automaticamente sem apoio de um estenotipista. Sem a correção deste profissional, o percentual de palavras erradas é superior aos 2% definidos pela ABNT (2005).

as emissoras. Essas barreiras são classificadas como *mecânicas/físicas* (Kunsch, 2003), *dependência tecnológica* (Starec, 2003) ou *financeira/econômica* (Wersig, 1977; Guinchat & Menou, 1994; Araújo, 1998).

Há, ainda, *barreiras psicológicas*, aquelas causadas por “percepções equivocadas de acordo com determinadas experiências e distintos marcos de referência” (Kunsch, 2003, p.74). No caso da LSE, a barreira psicológica vem desde a elaboração do ato administrativo (Brasil, 2006a) que regulamenta este recurso de acessibilidade tendo em vista que foi definida a obrigatoriedade desta legenda ser escrita em língua portuguesa, não em Libras, o que denota algum nível de desconhecimento a respeito da língua brasileira de sinais. Aparentemente, aos autores da Norma (Brasil, 2006a), a Libras seria apenas uma “versão tridimensional” da língua portuguesa ou pessoas surdas que se comunicam apenas pelas Libras foram deixadas à margem desse processo comunicacional.

Por fim, chegam-se às barreiras que se referem diretamente às palavras e estruturas frasais utilizadas na LSE. Silva et al. (2007) destaca a linguagem (inadequada) como a principal causadora de barreira na comunicação, sendo, portanto, um problema básico a ser sanado desde o planejamento do processo comunicacional com a otimização e a seleção adequadas de recursos linguísticos.

Existem algumas que são caracterizadas como *barreiras semânticas* (KUNSCH, 2003), *terminológicas* (Wersig, 1970; Araújo, 1998), *de terminologia* (Figueiredo, 1991) ou *técnicas* (Guinchat & Menou, 1994). Essas barreiras ocorrem quando acontecem ruídos no processo comunicacional pela escolha errada de códigos ou signos linguísticos, esse erro não se refere a incorreções ortográficas, mas “ao uso inadequado de uma linguagem não comum ao receptor ou a grupos visados” (Kunsch, 2003, p. 74).

No caso da LSE, o ideal⁸ seria que a legenda fosse construída em Libras escrita, desta forma, encontra-se uma *barreira de idioma* (Wersig, 1970; Araújo, 1998), cuja solução consiste na simples tradução do texto. Essa barreira também é classificada como *barreira de língua estrangeira* (Figueiredo, 1991) e *linguística* (Guinchat & Menou, 1994).

Ressalta-se, também, que como essa barreira foi imposta desde a elaboração da Norma (Brasil, 2006a) por não ter levado em consideração a correta segmentação do texto (Araújo, 2021) e por ter escolhido a Língua

⁸ Para tornar o conteúdo acessível para pessoas surdas proficientes em Libras.

Portuguesa para ser o idioma das legendas, também pode ser considerada como *barreira legal* de acordo com Wersig (1970) e Araújo (1998) ou de *restrições às informações* segundo Figueiredo (1991).

Por fim, cita-se a *barreira de capacidade de leitura* (Wersig, 1970; Araújo, 1998) ou de *excesso de informação* (Wersig, 1970; Figueiredo, 1991), uma vez que a Libras apresenta diferenças importantes em relação à língua portuguesa como se vê na imagem abaixo:

Imagen 1: diálogo em Libras

	<p>a- TUDO-BOM? VIAJAR FÉRIAS VOCÊ?int....</p>	<p>b- EU NÃO FIOCRUZ PRECISAR TRABALHAR. VOCÊ FÉRIAS VIAJAR BO@?neg....int/excl....</p>	<p>a- EU VIAJAR RECIFE, BO@! BONIT@ LÁ! CONHECER SURD@ MUIT@! a- ME@ AMIG@ SILAS.</p>	<p>Fonte: Felipe (2007, 34)</p>
p.				O

diálogo transscrito na imagem mostra características da Libras como ausência de conectivos como preposições e conjunções, além de uma estrutura frasal diferente da utilizada em língua portuguesa.

Imagen 2: diálogo em língua portuguesa

- | | |
|----|---|
| a- | Tudo bom? Você viajou de férias? |
| b- | Eu não, precisei trabalhar na Fiocruz. Sua viagem de férias foi boa? |
| a- | Foi boa. Viajei para Recife. Conheci muito um surdo, meu amigo Silas. |

Fonte: Os autores

Desta forma, o telespectador proficiente apenas em Libras lerá o texto acima com alguma dificuldade, principalmente levando em consideração que o CC só fica na tela até 5 segundos (ABNT, 2005).

Levando em consideração todas essas barreiras, adiante estão apresentadas algumas alternativas para superar as dificuldades apresentadas pela LSE no processo comunicacional com o público surdo.

O primeiro e mais importante aspecto no que diz respeito a recursos de acessibilidade para pessoas surdas é o uso de Libras. O público ao qual este texto se refere é aquele que nasceu com audição bastante comprometida ou que apresentou problemas desde bem cedo, por essa razão, foi impossibilitado de aprender a língua portuguesa como outras crianças o fazem desde o primeiro ano de vida.

Assim, identifica-se que, como primeira alternativa para eliminar barreiras de comunicação com pessoas surdas, deve-se destacar o recurso janela de Libras. Esse recurso consiste em um “Espaço delimitado no vídeo em que as informações veiculadas na língua portuguesa são interpretadas por meio de LIBRAS” (ABNT, 2005, p. 3). Esse espaço têm diretrizes específicas que devem ser adotadas de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas:

7.1.1 Estúdio

O local onde será gravada a imagem do intérprete da LIBRAS deve ter:

- a) espaço suficiente para que o intérprete não fique colado ao fundo, evitando desta forma o aparecimento de sombras;
- b) iluminação suficiente e adequada para que a câmera de vídeo possa captar, com qualidade, o intérprete e o fundo;
- c) câmera de vídeo apoiada ou fixada sobre tripé fixo;
- d) marcação no solo para delimitar o espaço de movimentação do intérprete.

7.1.2 Janela

Na janela com intérprete da LIBRAS:

- a) os contrastes devem ser nítidos, quer em cores, quer em preto e branco;
- b) deve haver contraste entre o pano de fundo e os elementos do intérprete;
- c) o foco deve abranger toda a movimentação e gesticulação do intérprete;
- d) a iluminação adequada deve evitar o aparecimento de sombras nos olhos e/ou seu ofuscamento.

7.1.3 Recorte ou wipe

Quando a imagem do intérprete da LIBRAS estiver no recorte:

- a) a altura da janela deve ser no mínimo metade da altura da tela do televisor;
- b) a largura da janela deve ocupar no mínimo a quarta parte da largura da tela do televisor;
- c) sempre que possível, o recorte deve estar localizado de modo a não ser encoberto pela tarja preta da legenda oculta;
- d) quando houver necessidade de deslocamento do recorte na tela do televisor, deve haver continuidade na imagem da janela.

(ABNT, 2005, p. 9, grifos nossos)

Com base nessas especificações, percebe-se que há a preocupação em deixar toda estrutura gesto-facial visível para o telespectador, por isso, a preocupação com cores, contrastes e dimensões da janela. Entretanto, essas normas nem sempre são seguidas pelas emissoras e retransmissoras de TV, conforme se percebe adiante:

Imagen 3: janela de Libras inadequada

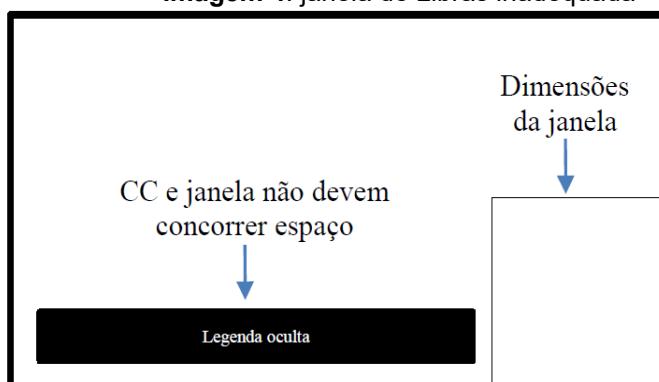


Fonte: Silva, 2021, p. 36

Na imagem acima, extraída da pesquisa desta autora em (2021), que observou apenas programas veiculados nas três principais emissoras e TV do Maranhão, não há exatamente uma janela de Libras, uma vez que a intérprete foi inserida sem um fundo que possibilite contraste com o conteúdo veiculado atrás dela, além disso, as dimensões estão muito inferiores às destacadas pela ABNT (2005), havendo, inclusive, a impossibilidade de visualizar totalmente os membros superiores da intérprete, o que pode dificultar a compreensão de alguns sinais/palavras.

De acordo com as diretrizes (ABNT, 2005), esta janela deveria seguir as seguintes dimensões:

Imagen 4: janela de Libras inadequada



Fonte: dimensões adequadas (Silva, 2021, p. 26)

Além de por vezes não ter as diretrizes respeitadas, é importante destacar que, embora esteja presente na Norma (BRASIL, 2006a), a janela de Libras é um recurso obrigatório apenas em programas específicos: “propaganda político-partidária e eleitoral, bem assim campanhas institucionais e informativos de utilidade pública” (BRASIL, 2006, não paginado), deixando o recurso como opcional em grande parte da grade de programação das emissoras.

Outro fator que se mostrou como “justificativa” para que a janela de Libras não seja disponibilizada com tanta frequência pelas emissoras de TV é o custo (SILVA, 2021), uma vez que, além dos gastos com gravação em um estúdio paralelo ao que os programas são gravados, é necessário o pagamento de intérpretes⁹.

⁹ No plural, pois os intérpretes (BRASIL, 2010) – pelo menos dois – devem fazer revezamento a cada 20 minutos durante cada programa com duração maior que uma hora, além disso, a carga horária de trabalho deste profissional é de 6 horas diárias com 30 horas semanais, recebendo o salário médio

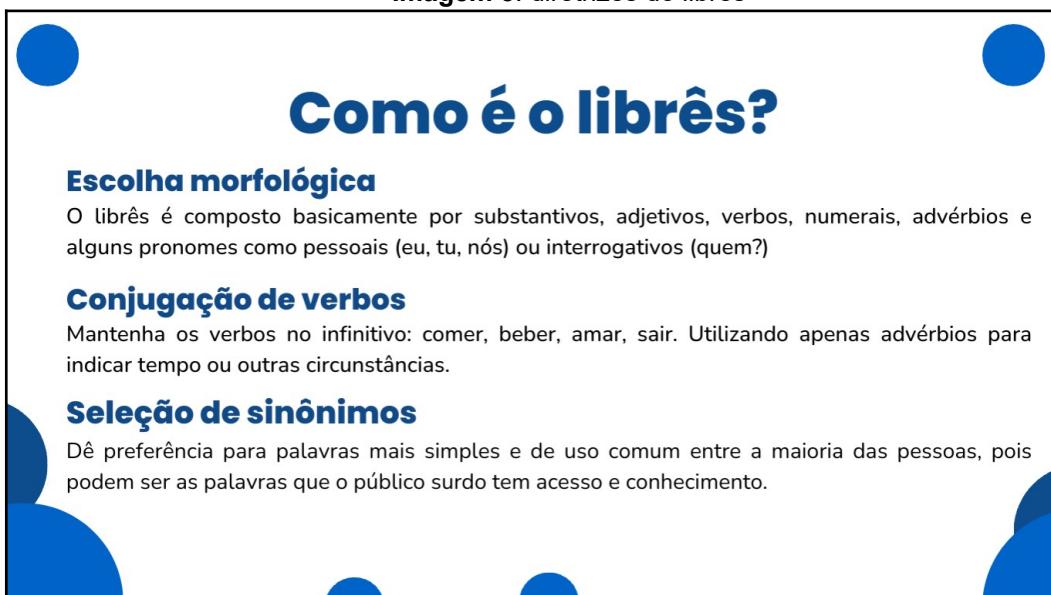
Diante dessa questão orçamentária, a criação de legendas seria mais barata, mas não como vem sendo feita atualmente, visto tudo o que foi discutido até aqui. Propõe-se, desta forma, a elaboração de uma legenda nos mesmos moldes da LSE, mas em Libras.

Pesquisas nesse sentido vêm sendo realizadas, com destaque para os estudos realizados pelo Grupo Legendagem e Audiodescrição (LEAD) do Laboratório de Tradução Audiovisual (LATAV) do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará coordenado pela professora Vera Lúcia Santiago Araújo (2021) e a criação do librês (Silva, 2023) pela autora deste texto.

Sobre esta alternativa, destaca-se que o librês (Silva, 2023) é uma interlíngua que seria utilizada em legendas adicionadas a produtos audiovisuais na ausência do espaço para tradução e interpretação em Libras, visando atender às pessoas surdas e ensurdecididas que tenham iniciado a aprendizagem da língua portuguesa ou que tenham concluído a educação básica sem atingir plenamente a proficiência em língua portuguesa como segunda língua.

As diretrizes do librês definidas após pesquisa aplicada são:

Imagen 5: diretrizes do librês



Fonte: <https://libresinterlingua.wixsite.com/libr-s>

Com base nessas diretrizes, vê-se que a construção de textos sucintos e que vise proporcionar fruição prática de leitura pode ser um caminho a ser

percorrido por quem vise tornar legendas para produtos audiovisuais efetivamente acessíveis para o público surdo e ensurdecido.

Considerações finais

A Norma Complementar 01/2006 (Brasil, 2006a) é um passo importante para a promoção da acessibilidade, entretanto, ainda existem aspectos importantes que precisam ser revistos para que o público surdo que se utiliza da Libras como principal – ou única – língua para se comunicar, não seja deixado à margem do processo comunicacional.

O *closed caption* foi adotado como o recurso que promoveria a inclusão, mas, além das falhas apresentadas pelos softwares (ver Figura 3), esta legenda serve apenas para aqueles telespectadores que tenham proficiência em Língua Portuguesa, visto que este é o idioma utilizado e o texto permanece rapidamente na tela, obrigando que a leitura seja realizada, no máximo, em 5 segundos.

Por essa razão, percebeu-se que a LSE hoje veiculada tem como consequência a criação de diversas barreiras no processo comunicacional, além da barreira fisiológica do público que é o comprometimento auditivo.

Foram apontadas, neste texto, barreiras variadas que mostram quão ineficaz essa legenda pode ser, tendo em vista questões mecânicas como em aparelhos sem LSE, questões psicológicas pela percepção equivocada e generalista dos legisladores de que qualquer surdo compreenderia uma legenda em Língua Portuguesa, além das questões semânticas, pois foi adotada uma língua que não é comum a todos os telespectadores.

A partir disso, percebeu-se que essas barreiras seriam superadas com a simples tradução do texto, estratégia que pode ser realizada de duas formas: tradução e interpretação audiovisual na janela de Libras e/ou legenda nessa língua. A primeira já é citada na Norma (Brasil, 2006a), mas foi apresentada como obrigatória apenas em programas específicos que não compõe nem metade da programação das emissoras de TV, além disso, para que o texto seja compreendido pelo telespectador surdo, é necessário que esse recurso obedeça às diretrizes estabelecidas pela ABNT (2005), o que não vem sendo obedecido por todas as emissoras (Silva, 2021).

Sobre esse recurso de acessibilidade, também é importante destacar que emissoras maranhenses apresentam alto investimento como uma justificativa para não disponibilizarem a janela de Libras em programação diferente da

obrigatória (Silva, 2021). Essa justificativa relaciona-se ao fato de que, além dos custos com produção e gravação, seria necessária a contratação de vários intérpretes para fazer essa atividade em revezamento, visto o que determina a regulamentação da profissão (Brasil, 2010).

Por esta razão, percebe-se que a alternativa mais efetiva para essa problemática seria a legenda em librês, pois, neste caso, seria realizada não a transcrição das falas, mas a tradução, uma vez que se trata de línguas diferentes (embora com várias semelhanças).

Estudos¹⁰ sobre essa alternativa vêm sendo realizados de forma a encontrar as melhores especificações para facilitar a leitura, mas é importante a investigação constante e testes com o público a que essas legendas se destinam.

Há que se ressaltar, entretanto, que a adoção desta alternativa só seria válida para a inclusão do público proficiente em Libras, por esta razão, seria necessária a coexistência dele com o CC já construído. Percebe-se, desta forma, que ainda há muito o que ser feito para que se consiga efetivamente incluir o público com deficiência no processo comunicacional televisivo. Atualmente, a janela de Libras mostra-se como o recurso mais eficiente para a inclusão do público destacado nesta pesquisa, mas seria necessário esforço das emissoras e retransmissoras de TV para que os investimentos necessários fossem empregados.

Contudo, esse investimento teria que ser empregado de forma correta, uma vez que, conforme exemplo na Imagem 3, a janela é apresentada de qualquer forma, tornando-se apenas um elemento acessório na tela, não inclusivo. As dimensões adequadas (ABNT, 2005) da janela e a presença de fundo com contraste de cor são essenciais para que o surdo possa compreender a mensagem que está sendo transmitida.

Levando em consideração que essa janela ocuparia 1/8 da imagem da tela (ver Imagem 4), talvez isso também seja um fator que faça com que as empresas não optem pelo uso desse recurso, visto que parte da programação poderia ficar escondida, o que indica, mais uma vez, que a legenda seria a opção mais cabível.

Independentemente da escolha de uma ou outra dessas alternativas, é importante que seja realizada profunda discussão sobre o assunto, dando

¹⁰ Exemplos desses estudos são os desta autora que elaborou interlíngua para ser usada para o público surdo não proficiente em língua portuguesa, além da robusta pesquisa realizada pelo Laboratório de Tradução Audiovisual (LATAV) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) do qual foram citados estudos neste texto como os da professora Vera Lúcia Santiago Araújo.

espaço para argumentação do público surdo e das empresas de comunicação, para que seja construída nova regulamentação ou apenas modificando em parte a que já existe de forma a encontrar a melhor possibilidade inclusiva.

Bibliografia

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15290**. Acessibilidade em Comunicação na Televisão. Rio de Janeiro: ABNT, 2005. Disponível em:
<http://www.crea-sc.org.br/portal/arquivosSGC/NBR%2015290.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2023.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **A construção da informação**: práticas informacionais no contexto de Organizações Não-Governamentais/ONGs brasileiras. Brasília: UnB, 1998. 221f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade de Brasília. Brasília. 1998.

ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago. Teoria e prática da legendagem: introdução. In: Araújo, Vera Lúcia Santiago; VIEIRA, Patrícia Araújo; MONTEIRO, Silvia Malena Modesto. Guia de legendagem para produções audiovisuais. Curitiba: Editora CRV, 2021.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção I, Brasília, DF, ano 138, nº 79, p. 23, 25 abr. 2002. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=25/04/2002&jornal=1&pagina=23>. Acesso em 08 jan. 2024.

BRASIL. Ministério das Comunicações. Portaria n. 310, de 27 de junho de 2006. Aprova a Norma Complementar nº 01/2006 - Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão. **Diário Oficial da União**: seção I, Brasília, DF, ano 142, nº 122, p. 34, 28 jun. 2006a. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=34&data=28/06/2006>. Acesso em: 05 jan. 2023.

BRASIL. Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006. Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção I, Brasília, DF, ano 142, nº 124, p. 51, 30 jun. 2006b. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=30/06/2006&jornal=1&pagina=51&totalArquivos=304>. Acesso em: 08 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.319, de 1 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. **Diário Oficial da União**: seção I, Brasília, DF, ano 146, p. 1, 2 set. 2010. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/8049267/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-02-09-2010>. Acesso em: 09 jan. 2022.

FELIPE, Tânia Amara. **Libras em contexto**: curso básico – livro do estudante cursista. 8. ed. Rio de Janeiro: WalPrint Gráfica e Editora, 2007. Disponível em: <http://www.librasgerais.com.br/materiais-inclusivos/downloads/libras-contexto-estudante.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2021.

FERNANDES, Sueli e MOREIRA, Laura Ceretta. Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2/2014, p. 51-69. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.37014>. Acesso em: 22 nov. 2024.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Metodologias para a promoção do uso da informação**: técnicas aplicadas particularmente em bibliotecas universitárias e especializadas. São Paulo: Nobel, 1991.

FREIRE, I. M. **Transferência da informação tecnológica para produtores rurais: estudo de caso no Rio Grande do Norte**. 81 f. 1987. Dissertação (Mestrado)IBICT/UFRJ/ECO, Rio de Janeiro, 1987.

FREIRE, I. M. **Barreiras na comunicação da informação tecnológica. Ciência da Informação**, [S. l.], v. 20, n. 1, 1991. DOI: 10.18225/ci.inf.v20i1.416. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/416>. Acesso em: 4 jan. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUINCHAT, Claire; MENOU, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. Brasília: IBICT, 1994.

IKEDA, Ana. Closed caption: saiba com funcionam as legendas automáticas na TV. **UOL**, São Paulo, 26 abr. de 2012. Seção Tilt. Disponível em: [https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2012/04/26/closed-caption-sabocomofuncionam-as-legendas-automaticas-nas-tvs.htm](https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2012/04/26/closed-caption-sabacomofuncionam-as-legendas-automaticas-nas-tvs.htm). Acesso em 08 jan. 2022.

JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. 22.ed. Tradução de Izidoro Blikstein; José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 2010.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada** – 4^a ed. ver., tal. e ampl. – São Paulo: Summus, 2003.

SECRETARIA ESPECIAL DA PREVIDÊNCIA E TRABALHO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Código Brasileiro de Ocupação 2614-25**: filólogos, tradutores e intérpretes. 2021. Disponível em: <https://www.salario.com.br/ocupacao/cargos/cbo-261425-cargos/>. Acesso em 08 ago. 2021.

SILVA, A. C. P. da S. et al. **Déficit informacional**: obstáculos no uso de canais (in)formacionais por docentes do Programa de Pós-Graduação em Economia PPGE/UFPB. **Informação e Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 17, n. 3, p. 107-117, set./dez. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/977/1610>. Acesso em 04 jan. 2022.

SILVA, S. C. M. **Acessibilidade na TV**: um estudo sobre a Norma Complementar 01/2006 do Ministério das Comunicações e as razões da sua não implantação nas emissoras Mirante, Difusora e Cidade em São Luís/MA. Orientador: Carlos Agostinho Almeida de Macedo Couto. 2021. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Comunicação Social, Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

SILVA, S. C. M. **Librês**: orientações sobre o uso dessa língua em produtos audiovisuais. 2023, 117 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Comunicação (Mestrado Profissional), Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

STAREC, C. **A questão da informação estratégica no ensino superior**: os pecados informacionais e barreiras na comunicação da informação para a tomada de decisão na Universidade Estácio de Sá. 2003. 109f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) -Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003

WERSIG, G. Information consciousness and information propaganda: common features of training of information specialists. In: FEDERATION FOR INFORMATION AND DOCUMENTATION COMMITTEE ON EDUCATION AND TRAINING TECHNICAL MEETING, 1976, Madrid. **Occasional Paper 3...** Frankfurt am Main: Deutsche Gesellschaft für Dokumentation, 1977. p. 46-52.

Recebido em: 06/09/2024

Aceito em: 25/11/2024